

Novos contornos da precarização: *a pandemia da COVID-19 e os sucessivos ataques ao trabalho docente*

AFFONSO, Cláudia;
FERNANDES, Claudio;
FRIGOTTO, Gaudêncio;
MAGALHÃES, Jonas;
MOREIRA, Valéria;
NEPOMUCENO, Vera (Orgs.).

Trabalho docente sob fogo cruzado. Volume II
Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021.

Trabalho docente sob fogo cruzado — Volume II é uma coletânea de textos (compreendendo artigos, ensaios e entrevistas) que dá sequência ao primeiro volume da mesma obra, lançado em 2018. Ambas as produções são fruto dos trabalhos do Grupo THESE — Projetos Integrados de Pesquisa em História, Educação e Saúde (UFF/UERJ/EPSJN-FIOCRUZ), que, contando com diversos/as pesquisadores/as e autores/as convidados/as, aborda questões relacionadas à desvalorização do trabalho docente em meio à crise estrutural do capital, buscando investigar as consequências dessa crise no campo educacional. Este segundo volume segue a lógica proposta no anterior, ao reunir autores/as que exercem ou exerceram a profissão docente, e cujas experiências tornaram-se tema de estudo e de investigação — fundamentos indispensáveis à realização da práxis. Nesse sentido, a obra amplia a discussão a respeito do ‘fogo cruzado’ em meio ao qual sobrevivem e resistem os/as trabalhadores/as, em especial os/as docentes, que lutam para superar os sucessivos ataques à sua profissão.

Prefaciado coletivamente por Evangeline Algebaile, Lia Tiriba, Maria Ciavatta, Marise Ramos e apresentado por Cláudia Affonso, o livro foi construído a partir da colaboração de 43 professores/as-autores/as de diferentes localidades, gerações, níveis e esferas de atuação. Esses/as autores/as foram provocados/as a trazer, por meio de sua escrita, reflexões acerca do que é o trabalho docente e de como defendem sua condição de trabalhadores/as nesse campo, diante do contexto de precarização do trabalho, advindo do processo de mercantilização da educação — situação recrudescida a partir do surgimento da pandemia da Covid-19.

Quanto à estrutura, o volume que aqui resenhamos se divide em duas partes, precedidas por um ensaio de autoria de Jonas Magalhães, no qual que se destacam os “tensionamentos

e deslocamentos teórico-práticos da função social da escola e do papel político do professor provocados pela pelas situações de excepcionalidade decorrentes da pandemia” (2021, p. 31). A primeira parte, intitulada *O trabalho docente na pandemia do Coronavírus*, é composta de uma entrevista (concedida por Gaudêncio Frigotto) e oito textos que abordam as implicações da pandemia no trabalho docente. A segunda parte, *O trabalho docente no labirinto do Capital*, reúne 12 textos de caráter marcadamente conceitual (que aprofundam as problemáticas discutidas na primeira parte), além de uma entrevista com Luiz Carlos de Freitas.

O agravamento da precarização do trabalho docente durante a pandemia é o tema central do texto de Amanda Moreira da Silva. Ao apresentar a situação de instabilidade e privação de direitos enfrentada pelos/as professores/as das escolas públicas brasileiras, a autora revela a existência de nuances na exploração do trabalho desses/as educadores/as. Nesse sentido, em que pesem a remuneração e as condições de trabalho dos/as professores/as efetivos/as (estáveis) estarem ainda muito longe do considerado razoável, existe um estrato de trabalhadores/as que sofre mais intensamente os efeitos das metamorfoses do mundo do trabalho: os professores e as professoras sem vínculo empregatício efetivo, contratados/as em caráter temporário e, portanto, situados/as sob a égide da flexibilização laboral aclamada pelo mercado. Esse grupo de docentes, o precariado professoral, tem sido também o mais atingido pela crise ocasionada pela pandemia, seja pelas demissões e pela ausência de remuneração, decorrentes da suspensão das atividades e do fechamento de escolas, seja pela pressão sofrida por aqueles/as que continuaram empregados/as, coagidos/as a retornar ao trabalho sem as condições adequadas para sua proteção contra o vírus. Não é preciso dizer que o retorno às aulas presenciais foi cercado de riscos, não só para o precariado professoral, mas também para toda a comunidade escolar. Entretanto, os/as trabalhadores/as precarizados/as, contratados por meios atípicos e instáveis, sentem-se mais fortemente impelidos/as a se expor ao perigo de infecção pela Covid-19, pois temem perder seu meio de subsistência.

Os interesses que pautaram a agenda condutora da retomada das atividades de ensino nas escolas brasileiras são problematizados no texto de Rodrigo Lamosa, que realça a atuação da Coalizão Global de Educação – CGE, criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, no processo de mobilização e difusão dos ajustes realizados na educação mundial no período da pandemia. Esses ajustes, defendidos pelo bloco de poder, se ancoram na justificativa de que as crianças e os/as jovens de todo o mundo estão sendo prejudicados/as pelo fechamento das escolas e que, portanto, é necessário que os sistemas mantenham em funcionamento as atividades de ensino e aprendizagem que possam ser viabilizadas com recursos tecnológicos e da educação a distância. É inegável que a suspensão das atividades escolares tem causado enormes danos aos processos de aprendizagem das crianças e dos/as jovens do mundo inteiro, sobretudo daqueles/as pertencentes às classes mais pobres. Todavia, a tentativa de normalização das atividades de ensino a partir das proposições colocadas pela Coalizão Global de Educação, que recomenda

a utilização de tecnologias educacionais, plataformas e ferramentas disponibilizadas por grandes multinacionais partícipes dessa Coalizão, já tem impactado negativamente o trabalho docente e ampliado a precariedade da profissão, além de ter alargado as desigualdades educacionais previamente existentes no Brasil.

Dando sequência a esse tema, o texto *Implementação do “ensino remoto” nas redes públicas de educação básica na pandemia*, apresentado pela Frente Contra o Ensino Remoto/EAD na Educação Básica, demonstra que educadores e educadoras do país têm se organizado e resistido à adoção das medidas preconizadas pelos blocos de poder e pelo meio empresarial, que acabam por promover a exclusão digital e educacional das camadas mais vulneráveis da sociedade. Salientam-se, nesse contexto, os efeitos que o ensino remoto causa à saúde dos/as docentes. Sobre esse aspecto, o artigo de autoria coletiva intitulado *Trabalho remoto, saúde docente e resistências coletivas em contexto pandêmico: a experiência de docentes da rede particular de educação* nos apresenta caminhos de enfrentamento e resistência, percorridos por grupos organizados e por sindicatos que se colocam em defesa da vida e da saúde individual e coletiva dos/as professores/as.

A primeira parte do livro conta, ainda, com três artigos que abordam as experiências compartilhadas pela comunidade escolar do Colégio Dom Pedro II, em meio ao enfrentamento coletivo dos desafios pedagógicos, laborais e sanitários vivenciado durante a crise imposta pela pandemia. Encerrando o conjunto de produções relativas ao *Trabalho Docente na Pandemia do Coronavírus*, o autor León Vallejo Osorio traz provocações sobre a desconfiguração profissional e a destituição de autonomia dos/as professores/as, em face das demandas que o capital tenta impor à educação. Diante disso, entende-se que o fenômeno denominado pelo autor como *pandemia curricular* antecede e reforça a crise educacional causada pela pandemia do novo coronavírus, além de se sobrepor a essa crise.

Em consonância com a perspectiva apresentada por Osorio, a segunda parte do livro reúne artigos que discorrem sobre a causa maior da precarização do trabalho e do enfraquecimento da profissão docente. Todo esse ‘fogo cruzado’, diante do qual se encontram os/as trabalhadores/as, apenas tornou-se mais acentuado e evidente com o surgimento da pandemia. Não obstante, o contexto que gesta a precarização intensificada do trabalho docente não é outro senão aquele que abriga o regime de acumulação flexível e a sua ideologia.

Em seu texto *A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo encerrando o ciclo*, Acacia Kuenzer reflete sobre a existência de espaços para o enfrentamento dos desafios impostos pelo regime em curso, permeado pelas teorias pós-modernas de educação que se ancoram no mote da flexibilização do currículo e da aprendizagem. A essas teorias, somam-se as diversas reformas da legislação trabalhista, que acabam por institucionalizar a precarização do trabalho. Respondendo a essa questão, a autora conclui que, embora se saiba que resistir é preciso, “há que considerar que a precarização é determinada pela materialidade das relações sociais e de produção nesse regime de acumulação capitalista. Portanto, sua superação só será possível com a destruição das condições que a geraram” (2021, p. 248).

A dita ‘sociedade do conhecimento’, tão aclamada pelo mercado, passou a adotar novos padrões de escolarização ratificados pelas reformas educacionais, pelas avaliações externas e pelas orientações dos organismos internacionais. Em vista disso, Dalila Oliveira discute, no capítulo *O ataque ao trabalho docente na chamada sociedade do conhecimento*, como os princípios da Nova Gestão Pública – NPG vão se impondo na orientação das políticas educacionais e atribuindo aos/às docentes a responsabilidade de garantir o sucesso e a eficácia da aprendizagem dos/as trabalhadores/as do futuro. Oliveira ressalta que esse cenário exige do/a docente “um novo profissionalismo em contraposição às formas tradicionais de carreira, o que tem representado um enorme desafio para os docentes e seus coletivos e para os sindicatos” (2021, p. 265). Essa realidade pode ter como consequência o isolamento profissional e a concorrência entre esses/as trabalhadores/as. Daí a necessidade de que se fortaleçam suas identidades coletivas e os seus sindicatos.

A Socialização, profissionalização e trabalho de professores iniciantes é o enunciado do capítulo de autoria de Maria Isabel de Almeida, Selma Garrido Pimenta e José Cerchi Fusari. Nele discute-se como os modos de inserção profissional repercutem na vida dos/as professores/as iniciantes. A pesquisa apresentada pelos/as autores/as demonstra as grandes lacunas que existem entre a formação inicial do/a professor/a e a realidade com a qual esse/a profissional se depara ao ingressar na carreira. A falta de prestígio, a desvalorização e a falta de condições de trabalho satisfatórias dificultam a identificação do/a docente iniciante com a profissão.

Educação a distância, reformas educacionais, ‘escola sem partido’ e voluntariado também são temas que emergem nos textos que compõem a segunda parte da obra. Todos eles fazem parte de um mesmo processo de mercantilização da educação que adentrou as escolas, causando profundas alterações na forma de trabalho dos/as docentes. Esse processo atinge frontalmente a autonomia do/a professor/a, tornando-o/a um simples executor/a de tarefas, que atua com vistas a formar os/as futuros/as trabalhadores/as que atenderão aos interesses do mercado.

A leitura desta obra – tecida coletivamente por aqueles/as que vivenciam e conhecem a realidade docente, uma vez que compartilham dessa profissão – é indicada aos/às professores/as de todos os níveis e etapas educacionais, além de estudantes de licenciaturas e pesquisadores/as interessados na temática. Não obstante os problemas e desafios expostos pelos/as autores/as, quanto à educação e ao trabalho docente – e seu agravamento durante a pandemia –, o livro ora resenhado também evidencia a esperança de trabalhadores e trabalhadoras que encontram, uns com os/as outros/as, os caminhos para resistir e enfrentar o fogo cruzado.

Recebido em: 20/01/2022; Aprovado em: 13/06/2022.

 LORENA LINS DAMASCENO

Universidade de Brasília, Brasília- DF, Brasil.